

PROSTITUIÇÃO

UMA ABORDAGEM FEMINISTA

PROSTITUIÇÃO: UMA ABORDAGEM FEMINISTA

APRESENTAÇÃO

A SOF atua para construir um feminismo que apresente em sua luta uma visão integral sobre a opressão das mulheres. As formas como debatemos questões centrais tem sido redimensionadas, inclusive para compreender e explicitar as conexões entre classe, raça e patriarcado no atual momento. O tema da prostituição é exemplar nesse debate.

A reflexão sobre a prostituição exige compreender seu papel estruturante no **patriarcado**, nas relações econômicas e nas hierarquias entre as mulheres, marcadas no Brasil pela desigualdade racial. Precisamos entender como a prostituição foi se consolidando em nossa sociedade, o que ela representa e a quem ela serve.

Por que a maior parte das pessoas que estão no mercado da prostituição são mulheres? Como é possível que os homens obtenham prazer de pessoas que se encontram em uma situação explícita de inferioridade? Essas são algumas questões importantes para o debate, em um momento em que a indústria do sexo movimenta bilhões de dólares em todo o mundo, combinando a pornografia, a prostituição e o tráfico de pessoas. No Brasil, o debate é acentuado pela proximidade da Copa do Mundo e por propostas de regulamentação das casas de prostituição, ao mesmo tempo em que a prostituição cresce nos arredores de grandes obras de desenvolvimento.

PATRIARCADO

O patriarcado é um sistema social, político e econômico, no qual os homens controlam, individual e coletivamente, o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. São valores, regras, normas e políticas que se baseiam na suposição de que existe uma superioridade natural dos homens como seres humanos. Este sistema consagra o poder masculino, engendra violências e exclusões, e imprime ao capitalismo atual um viés extremamente sexista. Assim, capitalismo e patriarcado se alimentam reciprocamente e se fortalecem mutuamente para manter a grande maioria das mulheres em uma situação de inferioridade cultural, desvalorização social, desigualdade econômica, invisibilidade de sua existência e de seu trabalho, mercantilização de seus corpos.

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista
Redação: Nalu Faria, Sonia Coelho, Tica Moreno
Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol
Tiragem: 1.500 mil exemplares

Impressão: Pigma
Apoio para esta publicação: Fundação Heinrich Böll
www.sof.org.br
São Paulo, dezembro de 2013

ANA DE MIGUEL

“Prostitución de mujeres: una escuela de desigualdad humana”.
Ana de Miguel, 2012.

A VISÃO DOMINANTE SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Atualmente a visão hegemônica sobre a prostituição tem buscado reduzi-la a um trabalho como outro qualquer. Esse é um dos argumentos utilizados por grupos que defendem sua regulamentação como se fosse a venda de mais um serviço, realizado pela livre escolha e o consentimento das mulheres prostituídas.

Essa posição simplifica o que é a instituição da prostituição e a violência cotidiana que a envolve. O principal argumento é que a regulamentação em lei passaria a proteger as mulheres e as livraria da marginalização e estigma, mesmo que os projetos foquem explicitamente na legalização do mercado da prostituição e seus agentes.

Existem muitos atores envolvidos nos sistemas de prostituição: clientes, empresários, cafetões e cafetinas, e até Estados. Isso significa que a prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual, mas como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas. Mas, neste sistema, há um sigilo sobre o papel dos homens, e sobre as prostitutas recai o peso da estigmatização, desprezo e confinamento.

Cada vez mais se oculta que são as mulheres a grande maioria das pessoas que são prostituídas, como se a existência de prostituição masculina, de travestis e transexuais, retirasse o caráter patriarcal da prostituição. A utilização da arroba (@) é uma forma de ocultar o gênero da prostituição, como por exemplo quando

se fala d@s trabalhador@s sexuais. Isso oculta, principalmente, que a demanda por prostituição é masculina.

A PROSTITUIÇÃO COMO PARTE DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS

Nesse debate, precisamos sempre explicitar como ponto de partida que nossa crítica à prostituição não é fruto de uma visão moralista. Ao contrário, queremos resgatar uma reflexão crítica e afirmar que não há liberdade e igualdade para as mulheres enquanto estivermos presas à polaridade imposta entre santas e putas. Ao mesmo tempo, o modelo de sexualidade masculina transforma os homens em demandantes de sexo, e a prostituição aparece como uma forma de garantir seu acesso aos corpos das mulheres.

A filósofa espanhola **Ana de Miguel** propõe que a prostituição não seja definida apenas pela troca de sexo por dinheiro, mas sim como “uma prática através da qual é garantido aos homens o acesso grupal e regrado ao corpo das mulheres”. A prostituição é uma prática acessível, ainda que mediante uma quantia de dinheiro. E é também regrada, porque não é uma prática natural nem espontânea, mas envolve uma série de normas conhecidas e respeitadas, desde a localização das mulheres até a negociação do preço para determinado “serviço”. Basta perguntar em um ponto de táxi ou em um hotel para saber um local na cidade onde encontrar prostituição.

Precisamos explicitar, ainda, que considerar a prostituição como exploração não faz com que consideremos as mulheres prostituídas

como indignas. Ao contrário, consideramos que o feminismo tem que incorporar a luta pela superação dos preconceitos, da marginalização e da estigmatização das mulheres prostituídas.

Queremos questionar o discurso liberal sobre a prostituição, que justifica a banalização da sexualidade e a imposição de novos modelos para a mesma subordinação das mulheres. Desde uma perspectiva feminista, acreditamos que a questão da prostituição não pode se resumir ao grupo de mulheres envolvidas na indústria do sexo, mas é relevante para o conjunto das mulheres, por se tratar de um fenômeno que legitima e reproduz um modelo de sexualidade que é patriarcal.

Por isso esta reflexão se insere na luta para garantir uma vida sem qualquer tipo de violência para todas as mulheres, em que o exercício da nossa sexualidade esteja livre do estigma da mercantilização dos nossos corpos e também do cerceamento e moralismo religioso.

A PROSTITUIÇÃO É UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Quando o assunto é a prostituição, é comum escutar que esta é a mais antiga das profissões. Essa é uma forma de naturalizar a prostituição como algo que sempre existiu e também de não considerar que podemos viver em um mundo sem prostituição. Essa naturalização faz com que não seja vista como uma forma de exploração e opressão. É tratada como se fosse uma boa opção para muitas mulheres, em diferentes épocas. Além disso, a prostituição é geralmente apresentada como

um comportamento individual, e está ligada aos estereótipos, reproduzidos por grande parte da população, que culpam as prostitutas pela existência da prostituição, com base em uma **concepção moralista**.

A prostituição é uma construção histórica, que foi modificada e adaptada a cada época, mas podemos dizer que desde o início combina aspectos da sexualidade, da família, das relações econômicas e de poder em cada sociedade.

É importante destacar dois processos fundamentais nas sociedades ocidentais que se relacionam com as visões e posições sobre a prostituição. O primeiro é o papel do cristianismo e sua influência na constituição das relações sociais e dos valores que as orientam. O segundo se refere às mudanças introduzidas pelo capitalismo, sobretudo com a mercantilização, a urbanização, a concentração da propriedade privada e da acumulação de um lado, e a pobreza de outro.

No Brasil, além das relações patriarcais, a sociedade se estruturou a partir do colonialismo, profundamente racista. Como parte da escravidão da população negra e extermínio indígena, as mulheres negras e indígenas tiveram seus corpos com frequência violados pelo estupro.

Nossa história é contada como se as indígenas se oferecessem aos brancos, e ainda hoje o imaginário das mulheres negras como hipersexualizadas é muito difundido na literatura e novelas. Estes são elementos que marcam a imagem da brasileira como símbolo de erotismo e sensualidade, e que tem a ver com a visão que se constrói e se vende fora do Brasil sobre nós.

CONCEPÇÃO MORALISTA

É aquela que se baseia na defesa e afirmação do que deve e o que não deve ser feito, de acordo com os valores dominantes na sociedade, como por exemplo os valores da família e de comportamento. Ao lutar pela liberdade e autonomia das mulheres, o feminismo sempre questionou e transgrediu o moralismo, defendido sobretudo por setores conservadores e religiosos.

CRISTINA CARRASCO

“Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”. Cristina Carrasco, 2003.

SIMONE DE BEAUVOIR

O segundo sexo. Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949.

DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO CAPITALISMO

O capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Para isso, aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão entre uma esfera pública e outra privada. A primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda onde se dá a reprodução. Essa visão tenta reduzir o conceito de trabalho ao que tem valor monetário e oculta todo o trabalho doméstico e de cuidados como central para a **sustentabilidade da vida humana**. Essa visão sobre a separação entre esferas dicotômicas esconde a dependência masculina e do capital do trabalho invisível e não reconhecido das mulheres. Na verdade são falsas dicotomias que caracterizam o masculino vinculado as esferas da produção, do público, do político do mercado, da cultura e da razão. O feminino como a reprodução, o privado, o pessoal, a família, a natureza e a emoção. São valores e visão de mundo impostos pelo grupo dominante, e portanto não são neutras, mas hierárquicas. (Carrasco, 2003).

A hierarquia aparece quando se valoriza e prestigia mais os espaços e atividades consideradas masculinas. O feminino é representado como frágil, dependente, meigo, fútil, vinculado à maternidade. Já o masculino é representado como forte, viril, violento, independente, livre. Como nos mostrou **Simone de Beauvoir**, a própria noção de feminilidade foi sendo inventada e definida pelos homens, com uma intenção de auto-limitação das mulheres. Ela argumentava que

as mulheres tinham que se adequar aos ideais e interesses masculinos, e que o modelo de feminilidade as convertia em objetos e presas.

O principal mecanismo de justificativa para a definição do masculino e feminino é a naturalização dessa construção como parte de uma suposta essência masculina e feminina. Ao fazer parecer que é parte da natureza, a ideologia dominante trata as relações de desigualdade entre homens e mulheres como diferenças que se complementam.

Na consolidação do capitalismo patriarcal, a família se transformou, passando do modelo de família extensa para a mononuclear de pai, mãe e filhos. A monogamia continuou sendo uma característica fundamental, seja para a transmissão da herança, no caso da burguesia, e de reprodução da força de trabalho, no caso da classe trabalhadora. Um dos elementos que estruturou esse modelo de família foi a imposição da heterossexualidade como norma obrigatória. Ou seja, para esse ideal de família existe um modelo de sexualidade que é considerado padrão, e que hierarquiza e normatiza.

O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO NO CAPITALISMO PATRIARCAL

Sabemos que o patriarcado se estrutura a partir do controle dos homens, individual e coletivamente, sobre o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. A prostituição se insere nesses três tipos de controle e há uma ideologia que legitima sua prática.

A sexualidade foi um terreno a partir do qual se desenvolveu o controle do corpo

das mulheres vinculado a necessidade de se adequar ao modelo de família centrado no poder masculino, mas também ao tipo de trabalho determinado para as mulheres.

Um elemento central no modelo de sexualidade é sua construção a partir de uma dupla moral. Durante muito tempo, houve a exigência de virgindade das mulheres até o casamento, quando deveriam ser fiéis. Já os homens eram incentivados a ter múltiplas experiências.

Uma vez mais, a naturalização marca a visão sobre a sexualidade, como se fosse determinada biologicamente. A sexualidade masculina é viril, e os homens teriam um desejo insaciável, enquanto as mulheres tem sua sexualidade marcada pela passividade, vinculada mais à reprodução que ao prazer. A hipocrisia dessa dupla moral sempre tratou a prostituição como algo necessário para preservar a virgindade das “moças de família” e garantir a satisfação dos desejos “insaciáveis” dos homens casados.

Na formação do capitalismo, as relações de trabalho foram assalariadas, mas também se consolidou a noção de um ideal de família baseada em um homem provedor. Por isso, as mulheres deveriam conseguir um casamento, e a prostituição, nas mais variadas modalidades, era uma saída para mulheres que não estavam casadas.

Na família, há um controle dos homens sobre as mulheres que se dá a partir da sexualidade. Ele teve como âncora as restrições que as mulheres encontram para ter autonomia econômica, que antes era ainda mais limitada que nos dias de hoje. A pressão para o casamento e dedicação para a família

era constante entre as mulheres que foram incorporadas pela revolução industrial, inclusive porque houve uma disputa com os homens trabalhadores. Eles consideravam a presença das mulheres nas fábricas uma concorrência que ameaçava seus postos de trabalho.

O que se oculta é que são os homens que controlam boa parte do que as mulheres prostituídas recebem. Ou seja, além da demanda por sexo, um grupo de homens organiza a prostituição e se apropria de grande parte do que as mulheres recebem. O mesmo se dá no casamento, onde a contribuição econômica das mulheres é invisibilizada. São mecanismos utilizados para parecer que os homens são os provedores, no caso do casamento. E um mecanismo de controle e exploração, no caso da prostituição. Mas o objetivo por trás dessa lógica é sempre que as mulheres não tenham autonomia.

A prostituição sempre envolveu uma diversidade de situações, e mesmo de hierarquias entre as mulheres. Essa diversidade responde também às diferenças e desigualdades de classe e raça, além das relações de poder existentes em cada momento. Ao longo da história, a instituição da prostituição cumpriu funções de manutenção do modelo de sexualidade, de família, dos papéis ideológicos.

A prostituição também faz parte da construção de representações para controlar e julgar as mulheres a partir de sua sexualidade como honradas ou não, para definir punições, estigmatizar e dividir as mulheres. Um dos mecanismos utilizados foi a marginalização e a construção de muitos estereótipos onde as

A SEXUALIDADE É UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Esse debate foi apresentado em “Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista”. Nalu Faria, 1998.

prostitutas foram vinculadas ao imoral e ao indecente. O estigma de puta é usado não só para mulheres que exercem a prostituição, mas também para as que se rebelam contra a moral conservadora e aquelas que estão fora do modelo de feminilidade considerado adequado.

Mas a prostituição também cumpre um papel econômico, seja como um negócio mundial, seja no controle cotidiano por cafetões e cafetinas. A ideia de que as mulheres em situação de prostituição ficam com parte significativa do dinheiro é falsa. O esquema da prostituição é diverso, mas na maioria das vezes as mulheres precisam pagar aluguel de quarto, lençol, produtos, roupas e adereços, além de comissões e segurança. Revelar estes fluxos é importante para se conhecer os circuitos da prostituição. É importante compreender que existe uma institucionalidade, muitas vezes ocultada, na prostituição, envolvendo hierarquia, relação com a polícia e outros agentes, e também com o tráfico de drogas.

SEXUALIDADE

O fato de que vivemos em uma sociedade patriarcal faz com que as ideias e práticas dominantes sejam definidas pelos homens que detêm o poder. Isso significa inclusive que os discursos sobre o que é ser mulher são construídos a partir da ideologia patriarcal. As mulheres introjetam essas percepções que marcam sua subjetividade e identidade pessoal e a própria personalidade. Por outro lado, quando falamos que há uma prática hegemônica estamos justamente afirmando

que também há resistência e, quanto mais conhecemos a história, mais sabemos que isso ocorre há muitos séculos de diversas maneiras. Em nossa época histórica, com o feminismo, cresceu essa resistência, assim como a desconstrução desses discursos e emergência de novas práticas.

Para discutir a relação entre sexualidade e a prostituição precisamos resgatar que as práticas sexuais não são parte de uma natureza sexual masculina e feminina. **A sexualidade é uma construção social**, e o que vivemos hoje é diferente do que as pessoas viveram em outros momentos da história.

Ao longo das nossas vidas, a relação com o corpo e a sexualidade é estimulada de forma diferente para os meninos e as meninas. Enquanto os meninos desde pequenos são estimulados ao desejo, a falar sobre sexo e a tocar o próprio corpo, as meninas são inibidas, a descoberta do corpo é reprimida e até entre as mulheres adultas a masturbação continua sendo um tabu.

É claro que existe uma diferença entre a vivência da sexualidade de acordo com cada geração. Muitas mulheres que nasceram na primeira metade do século passado passaram toda sua vida mantendo relações sexuais forçadas, por obrigação, para servir ao marido. Ainda hoje elas são estimuladas a agradar aos homens e, em geral, aparece pouco a satisfação de seu próprio desejo. As revistas femininas são exemplares nesse sentido: em todas as edições vemos manuais sobre como satisfazer os desejos do parceiro. Por isso, ainda é comum que realizem práticas sexuais que não desejam, para não serem consideradas inadequadas. Muitas vezes, elas têm relações sexuais sem

querer, porque o seu “não” é desconsiderado. Isso se expressa no ditado machista: “*não existe mulher difícil, e sim a mal cantada*”. Para as adultas casadas, o sexo é visto como uma necessidade para se conservar o casamento, para que os homens não busquem mulheres “lá fora”. Para as jovens solteiras, ainda há a vergonha de admitir o desejo, de se falar das vontades, são cheias de dúvidas, mas também de razões e certezas de que querem ter direito a sentir prazer.

A ideologia dominante utiliza a ideia de uma natureza sexual dos homens oposta à das mulheres para justificar o modelo de sexualidade e ocultar que é uma construção social. Dessa forma justifica uma construção do desejo das mulheres subordinado aos homens e coloca a heterossexualidade como a única forma de viver a sexualidade.

Esse modelo nega a expressão da diversidade, uma vez que ele se baseia na imposição de uma norma rígida. Discrimina, pune e estigmatiza todas e todos que transgridem tais normas. A intolerância com a sexualidade lésbica é maior, pois essa sociedade é ainda mais reacionária com a transgressão feminina e a expressão de seu desejo sexual.

ENTRE O PERIGO E O PRAZER

Já afirmamos que os estudos históricos nos mostram que, em muitos momentos houve uma disputa em torno do modelo hegemônico. Em alguns períodos, prevaleceu um discurso mais liberal e, em outros, mais conservador.

Sabemos também que por mais que haja a imposição de um modelo repressor sobre as mulheres, nem todas vivem a sexualidade dessa forma. **Carol Vance** tem uma formulação que fala da experiência e vivência das mulheres a partir de uma tensão entre o perigo e prazer. Ela diz que a sexualidade é um terreno que coloca as mulheres nessa tensão entre o perigo e o prazer, por ser uma experiência que contém ao mesmo tempo alegria e prazer, mas também tristeza e humilhação. Não é uma experiência marcada somente pela subordinação ao poder masculino, mas também não é uma experiência de completa satisfação.

Os perigos que as mulheres enfrentam são externos e internos. Como perigos externos destacamos a violência sexista (agressões, estupro, assédio sexual), as diferentes formas de prepotência masculina de muitos homens, a exigência de práticas sexuais não desejadas pelas mulheres. Entre os perigos internos destacamos a interiorização que as mulheres fazem da feminilidade tradicional, que contribui para que vivam a sexualidade como algo perigoso, que traz o medo de viver os próprios desejos, medo de perder os limites do corpo, medo que suas fantasias não sejam adequadas.

Essa formulação também nos permite analisar as ambiguidades vividas pelas mulheres. A formação da identidade feminina a partir da polarização entre santas e putas coloca as mulheres em permanente tensão. Elas têm que agradar aos homens, serem sedutoras, mas de forma indireta, para que sejam eles quem tomem a iniciativa, pois, caso contrário, elas ultrapassam a fronteira

CAROL VANCE

“El placer y el peligro”.
Carol Vance, 1989.

MISOGINIA

A misoginia é uma forma extrema de machismo. É o ódio e a aversão às mulheres, uma ideologia e prática que deprecia as mulheres como sexo e tudo o que é considerado feminino.

das santas. E, ao mesmo tempo, permanece essa ideia de que as mulheres precisam de um homem para serem completas. Dessa forma, é a imposição de uma subjetividade que nega a autonomia e a legitimidade de seus desejos, na medida em que eles são atrelados a ser e estar para o outro e não para si.

BANALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA

Hoje, é visível que há uma banalização da sexualidade feminina, exposta incansavelmente pelos meios de comunicação de massa, pela publicidade, ou abordada de forma pouco respeitosa em diversos âmbitos da sociedade. Dessa forma, a sexualidade também passa a ser apresentada como uma mercadoria disponível.

Essa banalização traz consigo uma padronização no exercício da sexualidade, impondo um padrão aceitável de como cada um e cada uma deve vivenciar a sua, e uma constante vigilância e controle sobre ela, demonstrando que, assim como objetos ou mercadorias, no plano do sexo também as mulheres devem ser vistas como disponíveis e pertencentes aos homens.

Dentro desse modelo, a cultura dominante estimula as mulheres a alterarem seu comportamento sexual de acordo com as novas exigências masculinas. Nos últimos anos se construiu um discurso de que, na intimidade de um casal, toda mulher pode ser puta. Isso evidencia uma vez mais quais são as representações da sexualidade e como ela está vinculada à ideologia patriarcal e não ao erotismo segundo o desejo de cada uma.

Atualmente, em nome de uma suposta liberação das mulheres, há uma permanente pressão para que estejam sempre disponíveis. Evidentemente isso tem a ver com o fato de que as mulheres romperam fronteiras e estão no mundo público. Pois, muitas vezes, só o fato de saírem sozinhas faz com que se considere que estão disponíveis para serem cantadas. E, se as mulheres questionam ou respondem, são consideradas moralistas, puritanas, reprimidas, lésbicas. Não por acaso, essas são as mesmas características atribuídas às feministas. Ou seja, existe hoje um discurso de liberação da sexualidade, mas que permanece dentro das normas da sexualidade masculina.

Na questão da prostituição, um dos elementos que nos assusta é como a **misoginia** funciona para que inclusive as famílias participem na venda de suas filhas. São conhecidos, mesmo na história recente, casos de que os pais expulsam suas filhas de casa porque perderam a virgindade ou que empurram as filhas para relações economicamente consideradas interessantes.

Um dado permanente é o grande número de mulheres que sofreram abusos sexuais ou estupros e são prostituídas. Todas sabemos o que significa para a autoestima de uma menina ser estuprada ou abusada por um familiar. Mas devemos lembrar que, além desses casos, é muito comum que a vivência das meninas seja de humilhação, de maus tratos, de alusões a sua sexualidade, assédios, sempre com a ameaça que poderá ser ou será uma puta. Ou seja, é permanente na vida das mulheres o julgamento a partir da classificação como santa ou puta.

Outro elemento fundamental a ser considerado é que quase a totalidade das mulheres chegam a prostituição através de alguém que atua como agente, muitas vezes seu próprio namorado ou companheiro. A entrada na prostituição está marcada pelas relações de poder patriarcais e pelo que chamamos de instituição da prostituição. Em geral, são prostituídas quando ainda são adolescentes ou mesmo crianças.

O QUE MUDOU COM A REVOLUÇÃO SEXUAL?

Um olhar sobre a prostituição em diferentes períodos e sociedades mostra que, assim como todos os processos sociais, seu desenvolvimento tem uma trajetória que não é linear.

Até os anos 1960, a prostituição tinha como uma de suas justificativas o modelo de sexualidade tradicional e a exigência de virgindade das mulheres. Evidentemente esse é apenas um discurso de legitimação que não corresponde à realidade. Também é parte dessa história o fato de que muitos homens casados continuassem como prostituidores fora de suas casas, sob a visão de que o casamento era para a reprodução e as esposas assexuadas. Assim como o fato comum no Brasil, e também em tantos outros países, de que muitos homens mantinham mais de uma família.

A **revolução sexual** questionou parte da hipocrisia da dupla moral, mas como apontam algumas feministas, como **Kate Millett**, uma carga misógina foi mantida, assim como não se questionou a sexualidade masculina tradicional.

A revolução sexual inaugurou novas normas para a sexualidade, afirmando que sexo é bom e que é bom ter relações sexuais com muitas pessoas. Isso seria moderno, transgressor e anti-sistêmico. Daí que surgiu uma ideia, que prevalece ainda hoje, de que qualquer crítica relacionada a sexo é repressora e conservadora. Mas havia também uma ideia de que, com a revolução sexual, a prostituição se tornaria algo residual.

Em um momento que se quebrou uma parte dos tabus da sexualidade, principalmente o da virgindade, o debate sobre a livre escolha e o consentimento na prostituição passou a ganhar espaço.

Nos anos 1970, teve início a organização de grupos de prostitutas, inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, reivindicando o reconhecimento da prostituição como uma profissão.

É importante assinalar que em alguns países europeus houve um declínio do número de mulheres em situação de prostituição, resultado dos avanços em relação a luta por igualdade e das políticas de bem estar social. Mas a demanda masculina pela prostituição não teve o mesmo declínio.

Essa informação é muito importante para a reflexão sobre as condições de vida das mulheres e as desigualdades nos países, e sua relação com a entrada de meninas e mulheres na prostituição. Para a filósofa espanhola **Amélia Varcacel**, a pobreza e a marginalização são as causas da prostituição, e não as suas consequências. Ela afirma que na Espanha, especialmente antes da crise, o negócio da prostituição só era sustentável porque cerca de 90% das mulheres

REVOLUÇÃO SEXUAL

O período entre os anos 1960 e 1970 foi conhecido como uma época de "liberação sexual", que desafiou códigos tradicionais de comportamento relacionados a sexualidade humana e comportamentos interpessoais. O sexo além das relações heterossexuais e monogâmicas passou a ter mais aceitação. No caso das mulheres, o advento da pílula anticoncepcional abriu possibilidades de um maior controle sobre o número de filhos e foi também um momento de grande questionamento do tabu da virgindade.

KATE MILLETT

"A política sexual". Kate Millett, 1970

AMELIA VALCARCEL

"¿La prostitución es un modo de vida deseable?" Amelia Valcarcel, 2007.

CAROLE PATEMAN

"O contrato sexual".
Carole Pateman, 1988.

TATIANA FELIX

Relatórios revelam
números, origem e
destino do Tráfico de
Pessoas na Europa.
<http://migre.me/cXFEO>

prostituídas naquele país era migrante. Esse dado se relaciona ao fluxo migratório dos países do sul e do leste para os países da Europa. É preciso considerar que parte significativa das migrantes se encontra em situação irregular em um contexto de xenofobia, o que aumenta a sua vulnerabilidade. Além disso, a prostituição nos países da Europa também está muito relacionada com o tráfico de mulheres.

Na **Europa**, existem cerca de 140 mil mulheres vítimas do tráfico de pessoas para o mercado do sexo e, a cada ano, são 70 mil novas vítimas da indústria do sexo. A estimativa é que estas mulheres realizem em torno de 50 milhões de programas sexuais ao ano, representando a movimentação de cerca de 2,5 bilhões de euros. Estimativas internacionais apontam que 40 milhões e pessoas se prostituem em todo o mundo, sendo que 75% são mulheres na faixa etária dos 13 aos 25 anos e, 90% ligadas a cafetões.

MERCANTILIZAÇÃO E CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES

O controle do corpo das mulheres é mais complexo hoje, quando imagens opostas do corpo, coberto por uma burca ou do corpo nu, podem ter o mesmo sentido opressor.

Uma visão liberal da bandeira *nosso corpo nos pertence* é de que as mulheres podem dispor de seu corpo mesmo para vendê-lo na prostituição. O discurso feminista sobre a autonomia das mulheres é cooptado pelo sistema e convertido em "*meu corpo é meu negócio*", em uma clara transformação do corpo em coisa, em objeto que pode ser comercializado.

Essa visão está muito associada a de que a prostituição é um trabalho como outro qualquer. Mas apesar de ser uma fonte de sustentação econômica para quem está na prostituição, há diferenças em alguns aspectos significativos do contrato de trabalho. A cientista política **Carole Pateman** afirma que "*é um cliente do sexo masculino que participa do contrato de prostituição e não um patrão. Os serviços de uma prostituta não podem ser prestados a não ser que ela esteja presente; a propriedade na pessoa, diferentemente das propriedades materiais, não podem ser separadas do seu dono. O capitalista não tem um interesse intrínseco no corpo e no ser do trabalhador ou, pelo menos, não o mesmo tipo de interesse que o homem que participa do contrato da prostituição. O patrão está interessado no lucro. Os homens que participam do contrato da prostituição tem um único interesse: a prostituta e seu corpo. Na prostituição o corpo da mulher e o acesso sexual ao seu corpo são os objetos do contrato. Ter corpos à venda no mercado, enquanto corpos, é muito parecido com a escravidão.*"

Quando os corpos das mulheres estão à venda como mercadorias no mercado capitalista, se reafirma mais uma vez, e publicamente, a força do patriarcado. Isso porque há um reconhecimento dos homens como senhores sexuais das mulheres, todos os homens sobre todas as mulheres – e é isso que está errado com a prostituição.

No neoliberalismo, a banalização da prostituição foi ampliada. A lógica consumista invade todas as esferas da nossa vida, e até o sexo mercantilizado tornou-se um dado indiscutível da economia moderna. Em uma lógica individualista, as relações de dominação

são negadas e excluídas das formas de violência contra as mulheres. Além disso, a diversidade cada vez maior das pessoas em prostituídas por vezes oculta este lugar da instituição prostituição na sociedade patriarcal que privilegia os homens. Estes, seguem sendo a maioria esmagadora dos clientes, mesmo quando se trata da prostituição de rapazes ou de travestis. A indústria do sexo continua manipulando a sexualidade para encorajar a demanda, seja pela pornografia ou pelo turismo sexual.

PROPOSTAS DE REGULAMENTAÇÃO EM UM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Outro marco para a reflexão, principalmente a partir dos anos 1990, foi a epidemia da AIDS e a responsabilização que recaiu sobre as mulheres em situação de prostituição. A estratégia utilizada por organismos internacionais, como o Banco Mundial, foi atuar a partir das mulheres prostituídas para conter a epidemia, transformando-as em agentes de saúde.

Esse dado é bastante relevante. Nos países do sul, sob o neoliberalismo e redução das políticas sociais, o Banco Mundial definiu que seu financiamento teria que passar pelas ONGs e foram criadas várias organizações de prostitutas que, em geral, se tornaram a base social de defesa da regulamentação da prostituição em nossos países.

Em muitos países da América Latina e do Caribe, foi no processo de precarização de direitos que se colocou o debate da regulamentação da prostituição. Realmente soava estranho que, em pleno processo de

desmantelamento dos direitos conquistados, no tema da prostituição se falava na garantia de direitos, o que evidentemente era uma falácia.

EXPERIÊNCIAS DE OUTROS PAÍSES

É necessário ainda pesquisar e divulgar informações sobre como estão e como vivem as mulheres em situação de prostituição no nosso país, nos países que legalizaram a prostituição e naqueles que adotaram políticas abolicionistas.

“Em *Amsterdã*, na Holanda, o argumento para legalização da prostituição era: para tornar as coisas mais seguras para todos. Tornar esse um trabalho como outro qualquer. Resultado: Em vez de proporcionar uma maior proteção para as mulheres, a legalização simplesmente expandiu o mercado. Ao invés de terem adquirido direitos no “local de trabalho”, as mulheres prostituídas descobriram que os cafetões eram tão brutais quanto sempre foram. O sindicato financiado pelo governo e criado para protegê-las tem sido evitado pela grande maioria das mulheres, que permanecem assustadas demais para reclamar.

Os abusos sofridos pelas mulheres são agora chamados de “risco ocupacional”, da mesma forma que uma pedra que cai no pé de um pedreiro. O turismo sexual cresceu mais rápido, em *Amsterdã*, do que o turismo regular: como a cidade se tornou o local de prostituição da Europa, mulheres são importadas por traficantes da África, Europa do Leste e Ásia, de modo a suprir a demanda. Em outras palavras, os cafetões permaneceram, mas tornaram-se legítimos – a violência ainda

AMSTERDÃ

“Por que nem *Amsterdã* quer as casas de prostituição legalizadas?”. Post no blog da MMM.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem-Estar Social se refere a experiência de países que ampliaram os direitos de cidadania e políticas universais em um momento que o Estado assumiu um papel de provedor de direitos e regulador da economia. Em alguns países da Europa, como a Suécia, esse foi um momento de ampliação de políticas de igualdade entre homens e mulheres, que ampliaram o compartilhamento do trabalho de homens e mulheres.

é prevacente, mas se tornou mera parte do trabalho e o tráfico aumentou. Suporte para que as mulheres deixem a prostituição é quase inexistente. A obscuridade inata do trabalho não foi desmanchada pela benção legal.”

Na Alemanha, a prostituição foi legalizada em 2002.

Os dados apontam que o negócio do sexo movimenta anualmente 14,5 bilhões de euros naquele país e, mesmo com a regulamentação, não há estatísticas oficiais sobre a prostituição. A estimativa é de que atualmente existam entre 200 mil e 400 mil mulheres vivendo da prostituição. Apesar de a legislação alemã reconhecer direitos trabalhistas e previdência social para as mulheres em situação de prostituição, apenas 44 pessoas – incluindo quatro homens – estão registradas como “prostitutas” na Agência Federal de Emprego.

O país se tornou um destino de turismo sexual. Foram construídos mega-bordéis, nos quais mais de 90% das mulheres prostituídas são estrangeiras (a maioria romena e búlgara).

Na Suécia, a prostituição é considerada uma violência contra as mulheres. Esse é um dos países considerados abolicionistas, onde o cliente da prostituição é penalizado. Lá foi desenvolvido um modelo que oferece políticas de apoio para as mulheres que desejam sair da prostituição, além de campanhas educativas sobre o tema. De acordo com o governo sueco, desde 1999, quando se adotou a legislação atual, se reduziu pela metade o número de pessoas em situação de prostituição.

Na Noruega, a legislação também é abolicionista. Lá, inclusive os noruegueses

que consomem serviços sexuais fora do país são penalizados, como forma de combater também o turismo sexual.

Outro aspecto comum nos dois países é que a população demonstra um apoio significativo a essas medidas. Vale lembrar, também, que esses países tiveram grandes avanços em políticas de igualdade sob o **Estado de Bem Estar Social**.

Na França, após ouvir depoimentos de muitas mulheres prostituídas, uma comissão parlamentar composta por membros da delegação em defesa dos direitos das mulheres, propôs um projeto contra a exploração da prostituição, inclusive com a penalização dos clientes. O projeto foi aprovado na Câmara e agora segue para o senado francês.

CENÁRIOS DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: GRANDES OBRAS

Vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nas áreas de mineração, da construção de usinas hidrelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

A relação entre a prostituição e o desenvolvimento de atividades econômicas vinculadas à obras de infra-estrutura e mineração no Brasil não é novidade. Os anos 1980 e 90 foram marcados por grandes movimentos migratórios, na região norte do Brasil, motivadas por projetos de infra-estrutura,

de mineração e da corrida pelo ouro. O mercado da prostituição, nestes locais, se desenvolveu acompanhando os fluxos migratórios, aumentando e diminuindo de acordo com o ritmo das obras e da garimpagem.

Por ser um negócio realizado às margens da lei, tanto os números quanto a dinâmica desta indústria são apenas aproximações. Mas as conexões com as grandes obras são visíveis e aparecem constantemente em matérias jornalísticas, a partir das quais recolhemos elementos que contribuem para nossa reflexão.

Na estrada interoceânica, que foi financiada pelo BNDES para facilitar a circulação de mercadorias entre o Brasil e o Peru, a concentração de garimpeiros envolvidos na corrida se dá ao mesmo tempo em que a concentração de jovens que trabalham em cerca de 400 casas de prostituição clandestinas. Em 2011, cerca de 300 mulheres (sendo pelo menos 7 menores de idade) foram resgatadas de uma situação de exploração sexual nesta região peruana. Elas foram atraídas por ofertas de trabalho no comércio e em serviços domésticos, mas acabaram forçadas a se prostituir.

Outro exemplo conhecido das reportagens sobre o tema é a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antonio, financiadas pelo PAC. As duas construções somam 35 mil trabalhadores empregados, em sua maioria homens. Há alguns quilômetros, Jaci-Paraná é um pequeno vilarejo que tem mais casas de prostituição que mercados, padarias e farmácias. As mulheres que atuam como prostitutas nestes locais vieram, em sua maioria, de outros estados. A maioria de Sapezal, no Mato Grosso, mas

também do Acre, Maranhão e de outras partes de Rondônia.

A situação não é diferente em Altamira, no Pará, onde o número de casas de prostituição aumentou com o início da construção da usina de Belo Monte e a conseqüente ampliação dos moradores da região. Em abril de 2012, pelo menos 8 novas casas de prostituição foram identificadas pela Agência Brasil, e o discurso sobre a situação das prostitutas e dos clientes é semelhante. A maioria das mulheres é de outras regiões do estado, como Santarém, e tem como objetivo juntar dinheiro, mas também conseguir emprego na usina. Já o perfil dos clientes é composto, majoritariamente, pelos trabalhadores da usina que se mostram “carentes” e em busca de “prazer rápido” para aliviar o peso do trabalho intenso na construção.

TURISMO SEXUAL E GRANDES EVENTOS

A inauguração do primeiro estádio pronto para a Copa do Mundo, o Castelão, em Fortaleza (CE), foi marcada pelas denúncias da exploração sexual de menores, em um contexto de extrema pobreza. Reportagens relataram casos de programas em troca de um prato de comida ou 10 reais e, ainda, em troca de acesso à drogas, como o crack. A rede da prostituição e do tráfico de drogas caminham juntas, e o poder público que investiu bilhões para a construção do estádio, não investe o suficiente no combate à exploração sexual e na garantia de condições de vida dignas para a população do entorno, que não tem o direito a saúde, moradia, alimentação e educação assegurados.

Com a proximidade da Copa do Mundo, está colocado o desafio de posicionar este debate não apenas a partir da constatação de que, por ser um período com muitos turistas homens, haverá uma demanda maior pela prostituição. Este é um fato, mas, muitas vezes, é justamente o argumento para se regulamentar a prostituição, para que se realize em espaços seguros. Mas essa segurança está voltada aos clientes.

Um dos caminhos para enfrentar o debate da Copa do Mundo é o de visibilizar os circuitos estabelecidos da prostituição, de modo a explicitar que o funcionamento do turismo no Brasil tem a prostituição como um pressuposto e uma base de movimentação de bilhões de reais. Legitimar esta prática, sem questionar o papel dos homens, do capital e do Estado, é uma armadilha cuja consequência é o reforço da opressão das mulheres.

Existe um imaginário social construído sobre a imagem de cidades como Fortaleza, mas também em outras do Nordeste, como locais com uma base erótica muito forte, combinadas com um suposto apelo exótico das brasileiras que atraí os turistas.

A realidade no entorno do Castelão mostra um retrato distinto ao que se quer traçar para a realização da Copa do Mundo, que se baseia na glamourização da prostituição. Somada à situação de desigualdade e pobreza, as meninas pobres viram alvo fácil das redes de aliciadores. Mas, não é apenas a pobreza que leva a essa circunstância. Chama a atenção o fato de que muitas meninas afirmam ter no horizonte a expectativa de conhecer um homem estrangeiro que as tirem de sua realidade. Isso demonstra, por um lado, que

a realidade da vida destas meninas não é satisfatória e por isso querem ir para longe e, por outro lado, que não figura no horizonte delas a perspectiva de construir suas vidas com base na autonomia, reforçando um modelo de mulheres dependentes dos homens.

TRÁFICO DE MULHERES

O tráfico de pessoas em geral, e de mulheres em particular, é uma das expressões mais fortes da transformação de seres humanos em mercadoria. No caso do tráfico de mulheres para a indústria do sexo, fica evidente que existe uma combinação entre a lógica capitalista e a lógica patriarcal. Isso porque este tráfico gera cada vez mais lucros para quem o dirige, ao mesmo tempo que nos locais de destino das mulheres traficadas homens se beneficiam desta máfia, financiando-a.

Os dados da PESTRAF (Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes) indicam a existência 241 rotas de Tráfico Interno e Internacional de crianças e adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual, sendo que os principais destinos são Europa (Espanha, Holanda, Itália e Portugal), passando pela América Latina (Paraguai, Suriname, Venezuela e República Dominicana). O Brasil também é país de destino para pessoas traficadas da Nigéria, China, Coreia, Bolívia, Peru e Paraguai.

A Pestráf demonstra que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para a exploração sexual é um fenômeno em expansão. Com a identificação das rotas do

tráfico, no Brasil, a pesquisa demonstra que existe uma relação concreta entre a pobreza das regiões e as rotas. O perfil dos aliciadores é composto majoritariamente por homens, ainda que também haja participação de mulheres (41%). As brasileiras estão entre as maiores vítimas do tráfico de pessoas para a exploração sexual, especialmente as jovens, entre 18 e 21 anos, solteiras e com baixa escolaridade. Muitas têm filhos e exercem atividades relativas a prestação de serviços domésticos ou ao comércio. O aliciamento dessas vítimas geralmente ocorre por meio de promessas de emprego, na área doméstica, para ser dançarina ou modelo por remunerações maiores.

Os motivos que impedem as mulheres de denunciar a situação são muitos, entre eles está o medo, já que o uso da violência (estupro, surras) e a ameaça contra a família é comum. Além disso, a vergonha, já que muitas mulheres que acabam em situações de tráfico migram sabendo que vão se prostituir. O que não é dito é que elas terão seus passaportes confiscados, que serão obrigadas a cumprir uma “carga horária” extensa e intensa e que, para suportá-la, serão induzidas ao uso de drogas, como álcool e cocaína.

Há um crescimento do setor do turismo e da indústria do entretenimento vinculado à indústria do sexo. Em muitos lugares, estes setores são considerados uma estratégia de desenvolvimento. Instituições como o Banco Mundial concebem o turismo como meio de obter crescimento econômico em países pobres, concedendo empréstimos para o desenvolvimento deste setor. Assim, eles contribuem para a criação de

um marco institucional mais amplo que inclui a indústria do entretenimento que, indiretamente, fomenta o comércio sexual. No caso da Costa Rica, recomendada como exemplo a ser seguido pelos negócios verdes, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual.

As mulheres que estão na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a indústria do entretenimento e do turismo, gerando lucros para as empresas e divisas para os governos. Estas conexões são estruturais e não apenas um efeito colateral do desenvolvimento econômico. Em algumas cidades brasileiras, o turismo é um dos principais setores econômicos.

A QUEM SERVE A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO?

Está em debate no Brasil, mais uma vez, a regulamentação da prostituição.

O que estava, e continua, em jogo nas propostas de regulamentação da prostituição é a legalização dos cafetões e empresários do sexo. Haja visto que o antigo projeto de lei, proposto por Fernando Gabeira, e o atual projeto de Jean Wyllys, não visam assegurar direitos para as mulheres nem formas de transformar sua realidade, como analisaremos mais adiante. O projeto de lei atual contém apenas seis artigos. Entre os principais temas de debate, destacamos:

■ **o projeto diferencia exploração sexual de prostituição.** O projeto considera exploração quando não houver pagamento

do “serviço sexual”, quando a prostituição for forçada, mediante grave ameaça ou violência, ou quando uma terceira pessoa apreender entre 50% e 100% do valor do programa. Na prática, essa categorização legaliza o “cafetão” como essa terceira pessoa que apreende até 50% do valor do programa, deturpando a ideia de exploração sexual.

Ao separar a prostituição da exploração sexual, o serviço sexual livre do serviço sexual forçado, há uma intenção de legitimar a prostituição como um serviço que pode ser comercializado, e o discurso da profissão do sexo passa a ser um disfarce para despenalização da cafetinagem. Assim, o projeto de lei prevê o livre funcionamento das casas de prostituição.

■ **o projeto dá direito a aposentadoria especial, após 25 anos de serviço.** Hoje a prostituição, apesar de ser reconhecida como ocupação regular e ter assegurado o direito de contribuir para o INSS, não é considerada prejudicial à saúde ou à integridade física, condição para a aposentadoria especial. O projeto continua prevendo que a contribuição será como autônoma ou cooperativa. Essa previsão de aposentadoria especial em 25 anos que parece ser positiva, na verdade legitima que várias questões enfrentadas pelas mulheres na prostituição “são riscos da profissão”, desde riscos a saúde, assédio, coerção.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE LEI

No Brasil, a prostituição não é crime, mas sim induzir à essa prática, algo que, por meio do projeto de lei 4.211, é descriminalizado.

Ao ler o projeto, fica visível que ele não visa melhorar a vida das mulheres em situação de prostituição, não prevê nenhum tipo de política pública específica, que contribua para que essas mulheres não sejam constantemente vítimas de insultos, violência e marginalização. Ao contrário de promover os direitos e a autonomia econômica das mulheres, o projeto visa suprir uma necessidade da indústria sexual, que juntamente com as grandes corporações, buscam utilizar o corpo das mulheres para faturar altos montantes em grandes eventos como a Copa do Mundo.

As propostas de regulamentação são apresentadas a partir do argumento de que a prostituição é um trabalho como outro qualquer, que cada pessoa vende algo e, neste caso, as mulheres vendem o corpo. Por isso devem ser consideradas trabalhadoras do sexo. Como já assinalamos, inclusive seus defensores utilizam a arroba e assim parece que é algo de homens e mulheres, já de início ocultando o caráter patriarcal da prostituição e as relações desiguais.

Dessa posição decorrem outras. Uma é a diferenciação entre prostituição forçada e voluntária, por reconhecerem que há situações em que mulheres são obrigadas a se prostituir. Em geral essa visão está vinculada a posição de criminalização da exploração sexual infantil considerando que nesse caso não é voluntária.

Um primeiro fato que chama a atenção nessa posição é que não se considera o fato de que a maioria das mulheres chegam à prostituição ainda crianças como é o caso do Brasil. Então torna-se apenas um período de espera para o dia em que fizer 18 anos.

Se ela continua na prostituição, passa a ser considerada uma decisão por vontade própria. Ou seja, desconsideram a experiência de uma jovem de 18 anos, que viveu uma situação de prostituição desde os 12 anos, e o significado para sua auto-estima, auto-confiança de que pode fazer outra coisa, de que será aceita. Como se a situação de exploração sexual não ficasse marcada no corpo, na subjetividade, na forma de ver e pensar o mundo e a si mesma. Isso tudo se soma ao estigma que teria que enfrentar e aos limites que as mulheres encontram para se inserir no mercado de trabalho. Por fim, temos que lembrar que a maioria das mulheres nessa situação está sob o controle dos cafetões, o que é muito difícil de romper.

Os argumentos em favor da prostituição como outro emprego qualquer se utilizam da realidade extremamente desigual do mercado de trabalho. Utilizam argumentos de que a prostituição proporciona uma remuneração maior que muitos outros empregos majoritariamente femininos, como o emprego doméstico ou o telemarketing. Escolher entre o “menos pior” para garantir as condições de vida não é uma referência para quem atua em nome da igualdade e da justiça social. Além disso, esse discurso encobre as desigualdades de classe e raça que existem entre as próprias mulheres: parece que estamos em um mundo em que todas as mulheres tem todas as condições para “escolher” entre ser médica, professora universitária, empregada doméstica, prostituta, advogada...

Dá pra imaginar as diferentes trajetórias (fuga de situações de abuso, pobreza, violência, autoritarismo) e rotina (sexo com

vários clientes, uso de drogas pra conseguir aguentar) das mulheres prostitutas seja uma “livre escolha”?

Uma coisa é a vontade de sair na rua com a roupa que for, sem ser importunada, ou transar com quem desejar. Outra é usar o corpo e o sexo para sobreviver. Sobreviver, porque a realidade das prostitutas é bem diferente do glamour retratado pela mídia, nas novelas e revistas, e principalmente na visibilidade que ganham os depoimentos das mulheres que dizem se prostituir por serem libertárias e autônomas.

A posição a favor da regulamentação só se sustenta se for ocultada a realidade e a essência da prostituição. Uma realidade em que a grande maioria das mulheres prostituídas são as mais pobres, as que são expulsas de suas terras, as que são prostituídas junto aos canteiros das grandes obras, das mineradoras, das madeireiras, das empresas do agronegócio. Ou a realidade da prostituição nos países ricos, em que a maioria das mulheres prostituídas são dos países do sul e do leste, e migraram ou foram traficadas para a Europa.

A CRÍTICA À PROSTITUIÇÃO COMO PARTE DA LUTA FEMINISTA

Uma visão crítica à prostituição e seu papel na estruturação da desigualdade considera que devemos lutar por formas de desconstruir e superar tal prática. Logicamente isso passa por ir construindo ações vinculadas a uma utopia, com mudanças estruturais.

Não são só as mulheres prostituídas que estão sem seus direitos garantidos. No capitalismo a visão de direitos está muito

relacionada à relação com o mercado de trabalho e isso exclui um grande número de mulheres que trabalham fora das relações de mercado. Um primeiro aspecto fundamental para ampliar os direitos das mulheres, que teria impacto significativo para as mulheres em situação de prostituição, é retomar a luta pela aposentadoria universal. Ou só as prostitutas que contribuírem por 25 anos devem ter direito a aposentadoria? A partir de que data? E as que hoje tem 40, 50, 60 ou até mais anos?

O outro elemento é que devemos reivindicar políticas e programas específicos para as mulheres prostituídas como parte de ações afirmativas, ao mesmo tempo em que é necessário um amplo trabalho de conscientização e coibição da marginalização e estigmatização dessas mulheres. No Brasil, a prostituição não é crime, e a partir das legislações existentes e acúmulos na formulação de políticas para as mulheres, o Estado já tem condições de ter um papel ativo para transformar as condições de vida das mulheres em situação de prostituição.

REVELANDO A HIPOCRISIA PATRIARCAL DA REGULAMENTAÇÃO

Neste debate, ficam nítidos três elementos cruciais para a naturalização da prostituição como uma profissão. O primeiro é a aceitação da banalização da sexualidade pelo capitalismo patriarcal com o objetivo de estender e ampliar o mercado e o controle sobre o corpo e sexualidade das mulheres. O segundo é tratar a prostituição como resultado de comportamentos individuais, e não como parte de uma instituição

organizada. O terceiro é a hipocrisia frente ao caráter androcêntrico da sexualidade, quando se fala em uma suposta liberdade sexual das mulheres, mas onde as mulheres não tem decisão nem caminho próprio, mas são pautadas pela norma masculina.

É preciso considerar que a lei regula e educa as práticas sociais. Regulamentar a prostituição significa, portanto, legitimar a prática dos prostituidores. Aqui não se trata apenas dos agenciadores, mas dos homens que são os consumidores da prostituição e se beneficiam neste modelo. O estigma e marginalização recaem sobre as mulheres, enquanto os homens prostituidores são preservados. Assim, a regulamentação consolida para a sociedade a mensagem de que o acesso dos homens ao corpo das mulheres por meio do dinheiro é legítima e aceita.

Uma pergunta é por qual razão é tão fácil o convencimento de que a “escolha” pela prostituição tem a ver com a satisfação do desejo das mulheres.

Por que acreditamos que o mercado – que não funciona para cultura, não funciona para educação, não funciona para o meio ambiente – vai funcionar para a emancipação da sexualidade feminina? É necessário debater sobre o modelo que orienta a construção da nossa sexualidade, as premissas que lhes dão sustentação, como já consideramos anteriormente.

Temos que nos perguntar se, em termos de política pública, a regulamentação é a única coisa que se pode oferecer para as mulheres em situação de prostituição. O que faz com que tanta gente esteja convicta

de que o que está em jogo é a autonomia das mulheres de venderem sexo, e não a garantia e legitimidade do lucro de cafetões e cafetinas, da legalização da indústria do sexo, pura e simplesmente?

Será que a voz das mulheres que praticam sexo por um prato de comida ou por um real nos cinemas pornôs de São Paulo está sendo ouvida? As jovens, em sua maioria adolescentes ou crianças que se prostituem pelas estradas são simples prestadoras de serviços? Será que pais que prostituem suas filhas ainda crianças, estão preparando profissionais autônomas?

Precisamos, ainda, questionar a imposição de um padrão de consumo nesta sociedade de mercado, em que parece que a felicidade pode ser encontrada em um celular de última geração ou em uma roupa de marca, o que também é parte do que faz com que muitas meninas entrem na prostituição.

Temos que nos desafiar a pensar um outro mundo possível, sem começar a fazer concessões no caminho. O debate é extremante difícil, mas não podemos escolher o caminho mais fácil, não podemos incorporar e reproduzir o discurso que prevalece na mídia só porque na aparência ele se mostre libertário.

Ao afirmar que “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a Marcha Mundial das Mulheres se posiciona em um campo que questiona profundamente as desigualdades do sistema capitalista, patriarcal e racista. Propõe um horizonte no qual haja a real superação da divisão sexual do trabalho, o fim da violência contra as mulheres e em que prevaleça a autonomia das mulheres, em

relações de liberdade que só podem se realizar, para todas as mulheres, com a igualdade. Esta perspectiva é, portanto, radicalmente distinta do individualismo liberal que defende a liberdade de cada mulher para fazer o que quiser com seu corpo. Fazer o que quiser do corpo sem uma crítica e rompimento com as práticas patriarcais não é liberdade. Por isso, reforçamos a vinculação entre liberdade e autonomia, buscando realmente decidir sobre nossa vida e sexualidade, sem a indução pela vontade dos outros.

Fazemos esse debate e nos posicionamos como parte de uma luta por transformações estruturais na sociedade, da luta para garantir uma vida sem qualquer tipo de violência para todas as mulheres, em que o exercício da nossa sexualidade esteja livre do estigma da mercantilização dos nossos corpos e também do cerceamento e moralismo religioso.

A experiência histórica mostra que quando se ampliam as políticas de igualdade e a autonomia econômica das mulheres, diminui a prostituição, tal como aconteceu em países da Europa sob o Estado de Bem Estar Social. Da mesma maneira, em momentos de crise, de concentração de riqueza e aumento da pobreza, como por exemplo no Leste Europeu após a queda do muro de Berlim, houve um aumento da prostituição através do tráfico de mulheres para vários países da Europa, como Itália, França e Espanha. Outro exemplo é o da Grécia em que, de 2008 até agora, a prostituição aumentou bastante.

Por isso uma reivindicação central é a garantia de políticas que garantam a autonomia econômica das mulheres. No que se refere às mulheres prostituídas é urgente a

garantia de aposentadoria como parte de uma política de seguridade social universal. Assim como são necessárias políticas de ação afirmativa decididas em conjunto com as mulheres prostituídas, seja no campo econômico ou de direitos sociais. São necessárias ações efetivas do Estado para por fim à violência e discriminação das mulheres em situação de prostituição quando vão a consultas médicas, ou quando tentam denunciar nas delegacias alguma violência que sofreram. Ou seja, o Estado tem que ser demandado e precisa assumir um papel

ativo na transformação da vida das mulheres prostituídas.

No Brasil, frente ao turismo sexual e ao aumento dessa prática na Copa do Mundo, são necessárias campanhas de prevenção e denúncia. Por fim é necessário ter políticas que punam de fato os agenciadores, aliciadores, empresários do sexo e também os clientes, como é o exemplo da Suécia e da lei em debate na França.

**ESTAMOS EM MARCHA ATÉ QUE
TODAS AS MULHERES SEJAM LIVRES!**

FONTES CONSULTADAS:

El placer y el peligro, de Carol Vance. Editora Revolución, 1989.

“¿La prostitución es un modo de vida deseable?”, texto de Amelia Valcarcel, disponível em: http://elpais.com/diario/2007/05/21/opinion/1179698404_850215.html.

La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. Texto de Ana de Miguel. Disponível em <http://www.mujaresenred.net/spip.php?article2052>.

O contrato sexual. Carole Pateman, publicado pela editora Anthropos, 1995.

Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista. Nalu Faria. Publicado pela SOF no Caderno Sempre Viva “Sexualidade e gênero”, 1998.

Verbetes sobre prostituição do Dicionário Crítico do Feminismo, publicado pela UNESP, 2009.

PARA SABER MAIS:

Posts no blog da Marcha Mundial das Mulheres www.marchamulheres.wordpress.com

A “regulamentação” da prostituição e a vida das mulheres, por Clarisse Goulart.

Apagar a luz vermelha, acender a chama do feminismo!, por Ana Karoline de Oliveira.

Colocando os homens na roda, por Tica Moreno.

Eu receberia as piores notícias de seus lindos lábios, por Táli Pires.

Por que nem Amsterdã quer as casas de prostituição legalizadas, tradução coletiva.

Prostituição, reconhecimento e outras coisas, por Rafaela Rodrigues.

Apoio:

